

AS TEORIAS DA TRADUÇÃO E A TRADUÇÃO DO LATIM

Luiz Henrique Queriquelli
luizqueriquelli@yahoo.com.br
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Este artigo propõe algumas possibilidades de reflexão sobre a tradução de literatura latina a partir de certas teorias da tradução. Mostra por que o latim, como língua de uma sociedade morta, impõe problemas específicos de tradução e demanda ao tradutor procedimentos metodológicos diferentes daqueles que adotaria ao traduzir de uma língua em atividade. Além disso, traz algumas críticas à tradição ocidental de tradução e à onda de traduções filológicas surgida no século XIX, e indica como a tradução de literatura latina feita atualmente pode “ressuscitar” os clássicos dependendo da perspectiva do tradutor.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria, história e crítica da tradução; Tradução de latim.

ABSTRACT

This article considers some possibilities of reflection on the translation of Latin literature from certain translation theories. It explains why the Latin, as a language of a dead society, imposes specific problems of translation and demands to the translator different methodological procedures than those which he would adopt when translating from an active language. Moreover, it brings some critical to the occidental tradition of translation and to the wave of philological translations appeared in nineteenth century, and indicates how the translation of Latin literature made nowadays can "to make over again" the classics depending the translator's perspective.

KEYWORDS: Theory, history and criticism of translation; Translation of Latin.

Parece plausível admitir que o conceito de tradução só veio a ser exaustivamente elaborado e examinado com o surgimento da modernidade, especificamente a partir do renascimento. É certo, porém, que a noção de tradução literária que ainda hoje se tem, como reprodução de literatura na língua de chegada, é “tão antiga quanto a história da formação da literatura ocidental a partir dos Romanos” (Furlan, 2006, p. 15), posto que o texto inaugural da literatura latina foi uma tradução da *Odisséia*, de Homero, por Lívio Andrônico. Contudo, o advento e a consolidação das línguas modernas, bem como os processos das mais diversas ordens que os acompanharam, deram ênfase e tratamento diferenciado a um problema que já havia se originado entre os romanos e perpassado claramente toda a Idade Média. É o problema da tradução, o qual ocasionou as diferentes teorias da tradução que hoje podemos reconhecer. Essa nova apreciação do problema fica evidente em certa afirmação que Schleiermacher faz no começo do século XIX:

Os antigos, evidentemente traduziram muito pouco, *strictu sensu*, e também a maioria dos povos modernos, intimidados pelas dificuldades da verdadeira tradução, contentam-se com a imitação e a paráfrase. (Schleiermacher, 2007: 18)

Hoje decerto já temos uma soma considerável de contribuições aos estudos da tradução, que nos oferece possibilidades de análise e reflexão sobre a tradução bastante satisfatórias. A pretensão deste artigo é, pois, extrair do pensamento de alguns teóricos reflexões que contemplem a questão da tradução de literatura escrita em latim, uma questão que requer especial consideração por envolver uma língua já inativa, uma língua cujos falantes já inexistem, uma língua considerada morta.

Se apenas pararmos um pouco para refletir sobre a tradução de uma língua como o latim é bem provável que já venhamos a considerar a necessidade de se proceder a um trabalho filológico diferenciado. Pois que ter uma mínima noção do contexto em que o texto de partida foi produzido já constitui uma exigência ao tradutor consensualmente admitida; e, em se tratando de um texto escrito em latim, não há como intentar qualquer estudo do contexto sem ter por base o próprio texto e todo o conjunto de textos mais ou menos contemporâneos a ele que possam subsidiar sua compreensão. Ora, um estudo como este não pode ser de outro tipo senão filológico.

Discernir como alguns teóricos da tradução consideraram e reconsideraram o trabalho filológico voltado para a tradução de textos antigos é, portanto, talvez o principal objetivo deste artigo. No entanto, logo veremos que as reflexões sobre a

tradução de literatura latina jamais se encerrariam em considerações filológicas. A tradução de tal tipo de texto evoca questões literárias e lingüísticas cruciais, que remetem a toda a formação das línguas neolatinas e de suas respectivas literaturas. Veremos, a partir das reflexões de Antoine Berman, por exemplo, que a tradução de um clássico romano, dependendo da maneira como é feita, pode surtir efeitos inestimáveis numa língua e num sistema literário moderno.

MOUNIN E O APELO À FILOLOGIA PARA A TRADUÇÃO DE LÍNGUAS DE SOCIEDADES MORTAS

George Mounin, em “‘Visões de mundo’ e tradução”, capítulo do seu livro “Os problemas teóricos da tradução”, de 1963, aborda particularmente a nossa questão. Antes, porém, refere-se à tradução de maneira mais geral, fazendo uma crítica a certas tendências da lingüística moderna que privilegiam aspectos formais em detrimento de aspectos semânticos. Mounin entende que não se pode encerrar a tradução dentro das fronteiras da lingüística descritivista moderna ou da lingüística estrutural. Ele compara tal método de análise lingüística àquele que é próprio da álgebra – a parte da matemática que estuda as leis e processos formais de operações com entidades abstratas. Se a lingüística estrutural fosse suficiente para pensar a tradução, reduziríamos seus problemas “à passagem mecânica das fórmulas lingüísticas de um sistema [como o português] para as fórmulas lingüísticas de um outro sistema” (1963, p. 209) como o francês, por exemplo.

Assim como Mounin, todos nós que alguma vez nos deparamos com a experiência da tradução, sabemos que as coisas não são assim. Para ele, ainda que em toda língua seja possível reconhecer um sistema, ainda que toda língua tenha sua morfologia e sintaxe, há uma outra parte – o léxico – que resiste a esse tratamento. Essa outra parte, ainda em alusão à matemática, seria comparável à aritmética – a parte da matemática em que se investigam as propriedades elementares dos números inteiros e racionais. Ou seja, ele sugere que atentemos principalmente para o estudo e interpretação dos signos lingüísticos.

A tradução, portanto, nos termos de Mounin, não pode se restringir ao domínio da “álgebra lingüística”, do cálculo *não-interpretado* das estruturas formais, mas deve sempre, e finalmente, voltar-se para o campo da “aritmética lingüística”, para “o mundo das significações”. Em suas palavras, “como atividade prática, a tradução não se pode contentar com essa posição metodológica, cientificamente inatacável, da lingüística

moderna: esperar que as leis da estruturação semântica sejam descobertas para depois utilizá-las.” (Mounin, 1963, p. 214)

A partir disso, privilegiando a dimensão semântica, o léxico das línguas, Mounin defende a tese de que tradução e etnografia, semântica e cultura estão intimamente ligadas. Etnografia é entendida como “descrição completa da cultura total de uma determinada comunidade”, e cultura como “conjunto de atividades e de instituições através das quais essa comunidade se manifesta”. Definições simples; tão coerentes quanto suficientes para seu intento: sustentar a idéia de que, idealmente, para se traduzir, deve-se ter uma noção bastante adequada da cultura correspondente à língua da qual se traduz. Em outras palavras, antes de se empreender uma tradução, deve-se fazer uma etnografia da cultura que produziu o contexto em que o texto original foi escrito. É por isso que Mounin considera que “o conteúdo da semântica de uma língua é a etnografia da comunidade que fala essa língua.” (Mounin, 1963, p. 214)

Essas considerações têm implicações muito pertinentes para a tradução, bem como para a sua crítica. Entender que a tradução não é uma operação apenas lingüística, mas, sim, “uma operação sobre fatos associados a todo um contexto cultural, [...] uma operação sobre fatos a um só tempo lingüísticos e culturais”, significa entender, por exemplo, que a tradução de uma série de termos (de significantes) oportunamente empregados em certos textos só é possível a partir de uma perfeita compreensão do contexto histórico-cultural em que se deu o emprego deles. Suponhamos, como disse Michel Bréal, o autor do primeiro tratado de semântica, escrito no final do século XIX, “que para conhecer as magistraturas romanas só contássemos com a etimologia e não com a história de termos como *consules* (os que tomam assento juntos), *praetor* (o que caminha na frente), *tribunus* (o homem da tribo), etc.: nós leríamos os textos latinos, sem entretanto, os compreender” (*apud* Mounin, 1963, p. 215). Duas condições seriam, portanto, indispensáveis ao tradutor ideal: estudar a língua estrangeira e estudar sistematicamente a etnografia da comunidade da qual esta língua é a expressão. Todo signo lingüístico reflete e também refrata a ideologia de certa comunidade lingüística, como diria o russo Mikhail Bakhtin (1995). Não é por menos que Eugene Nida estabelece o seguinte princípio: “As palavras não podem ser compreendidas corretamente quando isoladas dos fenômenos culturais localizados dos quais constituem os símbolos.” (*apud* Mounin, 1963, p. 217)

Assim, no entendimento de Mounin, todo tradutor – idealmente – deveria, antes de iniciar o seu trabalho, realizar uma etnografia da comunidade onde o texto foi

produzido. Pois ainda que o estudo de uma língua estrangeira possibilite a aquisição das definições lingüísticas dos enunciados, não se pode somente com o estudo compreender perfeitamente as definições referenciais. Ou seja, estudar uma língua e estudar os enunciados que lhe são próprios não basta para compreender as coisas às quais cada enunciado se refere. Para o tradutor, seria preciso, portanto, ir colher *in loco* todas as definições referenciais da língua de uma determinada comunidade, para compreender e traduzir o mais integralmente possível o sentido dos enunciados nessa língua, tornando-se assim um etnógrafo mesmo.

No entanto, se esse procedimento considerado ideal por Mounin parece inviável para a maioria dos tradutores de línguas que se encontram em atividade, parece impossível para aqueles que traduzem de línguas de sociedades mortas, como são o latim e grego clássico, por exemplo. Pois como fazer uma etnografia do império romano se ele não existe mais? É precisamente esse o ponto em que o problema da tradução de uma língua como o latim se releva, na teoria de Mounin. Como ter acesso às significações de uma vasta gama de termos presentes em textos que exprimem “visões de mundo” e “civilizações” que já inexistem?

A resposta a esta pergunta trará inevitavelmente a filologia como solução. Mounin, que entende a filologia como “uma etnografia não-orgânica do passado”, considera que, assim como a etnografia, a filologia é uma tradução; mais precisamente, ela constitui uma “pré-edição” do texto a ser traduzido. E não são poucos os estudiosos com autoridade que corroboram essa concepção de filologia aplicada à tradução de textos antigos. “A língua não é o único objeto da filologia, diz Saussure [...]. Este primeiro estudo dos textos o leva a dar também atenção à história literária, dos costumes, das instituições, etc.” (*apud* Mounin, 1963, p. 223). Santoli, por exemplo, declara que a filologia é simplesmente “o conhecimento integral de determinadas civilizações”, e Jespersen elabora uma formulação semelhante, ao definir a filologia como “a compreensão da cultura total de uma nação qualquer” (*apud* Mounin, 1963, p. 224). Retomando a questão da tradução de termos ligados à magistratura romana, levantada por Michel Bréal na citação feita anteriormente, podemos afirmar que, se dispensarmos o trabalho filológico, não poderemos realizar uma tradução minimamente satisfatória de qualquer texto latino. Sem, portanto, servir-se de procedimentos filológicos, a fim empreender uma etnografia não-orgânica de Roma em dado período histórico, um tradutor de latim certamente terá dificuldades para captar o sentido de certos termos elementares.

BERMAN E A CRÍTICA À TRADUÇÃO ESTRITAMENTE FILOLÓGICA

Antoine Berman, em “A tradução e a letra ou o albergue longínquo”, de 1985, chega a considerar o que ele chamou de “movimento de retradução moderno”. Tal movimento, histórico em sua essência, remete a uma “necessidade de aproximação à nossa origem” manifestada especialmente por certos proeminentes literatos ocidentais que, no século XX, empreenderam traduções de clássicos da antiguidade greco-romana. Estas traduções vieram a ter considerável significância para os rumos da literatura e da cultura moderna de um modo geral. Ao submeter nossas “línguas tardias” à queimadura do grego clássico e do latim, quando estas línguas já se tornaram “novas e estranhas”, ao sujeitá-las ao “peso da alteridade e antiguidade delas”, Berman entende que tais tradutores buscaram “reabrir” o acesso às obras que constituem nosso solo religioso, filosófico, literário e poético; às obras que modelaram decisivamente nosso modo de sentir e existir” (Berman, 2007, p. 67).

Mas por que “reabrir”? Berman corrobora um ponto de vista contrário ao da “tradição ocidental de tradução”, uma tradição de tradução extremamente “etnocêntrica”, como ele mesmo considera, e “domesticadora”, como considera Venuti (2002); uma tradição defensora de uma tradução que “deixa o leitor o mais possível em paz e leva o autor ao seu encontro” (Schleiermacher, 2007, p. 6). As obras literárias gregas e romanas exerceram uma influência dominante durante muito tempo na criação literária ocidental, desde seu surgimento até à época clássica, mas, a partir da Idade Média, foram quase sempre oferecidas aos leitores por meio de traduções livres, adaptações ou imitações. No século XIX, se por um lado houve um movimento de ruptura com qualquer tradição que propiciasse uma origem ou modelos para imitação, por outro ocorreu uma “crescente dominação da filologia sobre todos esses textos ‘fundadores’” (Berman, 2007, p. 68).

Aos poucos, uma onda de filólogos, não propriamente tradutores, em reação às traduções anteriores – que entendiam ser transmissões livres (inexatas) – e aspirando a uma exatidão “pretensamente modesta”, “tendeu cada vez mais a acatar de forma autoritária todos os prestígios da cientificidade – e, portanto, a desqualificar os *outros* modos de tradução, que não têm primeiramente tal aspiração” (Berman, 2007, p. 68). Essa aspiração, que se tornou obsessão, ao invés de nos aproximar dos clássicos, acabou por nos distanciar completamente deles. Pois a filologia, de um modo geral, ao se

aproximar da tradução, produziu desastres. Na intenção de fazer com que os textos fossem “pela primeira vez” acessíveis em sua integridade, ela os tornou “entediados e estranhos à nossa sensibilidade”; ela os “embalsamou”.

Como afirma Berman (2007, p. 69), “o movimento de retradução do século XX esbarra imediatamente na espessa muralha que a filologia erigiu ao redor das obras clássicas.” A tentativa de oferecer um acesso efetivo às nossas origens malogrou, pois, com a inventiva filológica, que, ao contrário, tornou-as inacessíveis; fechou o acesso para nós. Definitivamente, se a filologia teve um papel importante na busca pela integridade semântica, morfológica e sintática dos textos clássicos, ela procedeu a traduções que desrespeitaram o estado das línguas modernas e suas literaturas; traduções sem horizonte, tal como aponta Berman. Seria preciso então “restituir uma tradição interrompida”. Seria preciso “reabrir” o acesso ao nosso solo cultural.

A TRADUÇÃO DEVE TRANSCENDER O MERO TRABALHO FILOLÓGICO

Se tomarmos com ponderação as considerações de Mounin e levarmos em conta os desastres causados pela filologia, assim considerados por Berman, logo deveremos buscar outros caminhos para a tradução de textos literários escritos em línguas de sociedades já mortas, como o latim. Continuando a acompanhar a linha de raciocínio de Berman, chegaremos ao ponto em que ele aponta a maneira pela qual certas traduções, realizadas no século XX, “reabriram” o acesso ao solo fecundo da literatura da antiguidade clássica; que nos aproximou de sua origem épica e mítica. Para Berman, tradutores como Hölderlin, Chateaubriand e, especialmente, Klossowski, que traduziu a *Eneida*, de Virgílio, para o francês, realizaram trabalhos que constituem bons exemplos daquilo que ele chama de traduzir a “letra”.

Traduzir a letra, pois, seria restituir na língua de chegada toda a urdidura que compõe a literalidade do texto de partida. Seria traduzir sua forma e sentido com tal sofisticação que pudesse elevar o texto traduzido à mesma altura do original, sem, no entanto, proceder a uma adaptação ou a uma imitação, sem, no entanto, deixar de realizar uma “verdadeira tradução”, como considera Schleiermacher. É diferente, portanto, da tradução literal, como é vulgarmente conhecida; é diferente da tradução de “palavra-por-palavra”, caricaturalmente ilustrada pelos “calcos” que a filologia moderna produziu.

Assim, traduzir a “letra” de textos literários latinos, por exemplo, tem implicações específicas, e tal intento pode surtir efeitos efetivamente inovadores nas línguas e sistemas literários modernos. Como se sabe o latim é uma língua sintética, flexional, “de ordem livre”. Assim como observa Foucault (*apud* Berman, 2007, p. 71):

A frase latina [...] pode obedecer simultaneamente a duas ordens: a da sintaxe, que as declinações tornam sensível; e outra, puramente plástica, que uma ordem das palavras sempre livre, mas nunca gratuita, revela.

Seja em relação aos valores flexionais ou ao arranjo de palavras na frase, de qualquer maneira o português, bem como o francês e as demais línguas neolatinas, se distanciou do latim, enrijecendo sua estrutura, assumindo regras que determinam o posicionamento das palavras, renunciando, por exemplo, certas funções dos adjetivos e condenando algumas inversões. Como Foucault também aponta, referindo-se ao francês, “a sintaxe prescreve a ordem, e a sucessão das palavras revela a exata arquitetura do regime” (*ibidem*). A ordem puramente plástica do latim, como define Foucault, fica evidente, sobretudo nos gêneros discursivos que constam nos textos literários latinos. Na *Eneida*, por exemplo, “o dizer épico está fundamentalmente ligado a esse jogo ‘livre’ de palavras latinas, às suas possibilidades de rejeição, de inversão, de suspensão, etc.” (Berman, 2007, p. 72). Como o próprio Klossowski explica no prefácio à sua tradução:

O poema épico de Virgílio é, de fato, um teatro onde são as palavras que *mimetizam* os gestos e o estado de alma dos personagens, do mesmo modo que pelas suas posições, mimetizam também os acessórios próprios da ação. São as palavras que tomam uma atitude, não o corpo; que se tecem, não as roupas; que brilham, não as armaduras; que ribombam, não o trovão; que ameaçam, não Juno; que riem, não Citeréia; que sangram, não as feridas.” (KLOSSOWSKI *apud* Berman, 2007, p. 72)

Mas se na literatura latina a *mimesis* própria da língua se insinua naturalmente, a rigidez imposta pelas regras das línguas modernas, criadas ao longo de uma formação calcada num racionalismo ansioso, trata de reprimi-la e apagá-la. É, pois, especialmente neste ponto que uma tradução da letra, uma tradução “estrangeirizadora” que abnega o imperativo da fluência nas línguas de chegada (Venuti, 2000), uma tradução “que deixa o autor o mais possível em paz e leva o leitor ao seu encontro” (Schleiermacher, 2007, p. 6), faz-se urgente e necessária.

Entre outras coisas, é essa substância mimética (plástica) da língua latina que confere à sua literatura uma simplicidade tão potente. Ora, parece que a tradição

ocidental de tradução leva os tradutores a fugir do desafio em que consiste esta simplicidade, ao invés de enfrentá-lo. Madame de Stäel já apontava algo nesse sentido quando comenta no início do século XIX:

Mas, para que este trabalho seja realmente proveitoso, é preciso que não se dê, como os franceses, sua própria cor a tudo que se traduz; e mesmo transformando em ouro tudo que toca, não se deixaria de obter um só resultado, não se podendo dele alimentar; não se encontraria nele alimentos novos para o pensamento, defrontando-se sempre com o mesmo rosto, com enfeites minimamente diferentes. (STÄEL, 2004, p. 143)

Nessa mesma direção, Giacomo Leopardi também já observava no século XVIII:

O fato é que a principal beleza da escrita deriva da naturalidade e não da afetação ou do rebuscamento. Ora, o tradutor necessariamente simula, isto é, esforça-se por exprimir o caráter e o estilo do outro, e repete o dito do outro à maneira e gosto deste. Observem, então, como é difícil uma boa tradução em se tratando de alta literatura, de uma obra que deve que deve ser composta de propriedades que parecem discordantes, incompatíveis e contraditórias. (LEOPARDI, 2005, p. 163)

Não é por menos que Berman inclui o “embelezamento” entre as categorias que compõe aquilo que chama de “sistemática da destruição” da tradição ocidental. Os que respeitam essa tradição, acanhados pela potente simplicidade do texto clássico, ou menosprezando-a presunçosamente, recorrem a recursos de embelezamento do texto a fim de tentar alcançar um efeito equivalente, que, porém, não se equipara à potência da naturalidade, enfatizada por Leopardi.

A tradução da letra, ao contrário do que se poderia pensar, é totalmente compatível com as idéias a respeito da tradução de um pensador como Étienne Dolet. Dolet, em certo texto, prescreve cinco princípios que considera básicos para qualquer tradutor. Entre eles, há um que demanda do tradutor um perfeito conhecimento tanto da língua de partida quando da língua de chegada. “Assim não violará e nem diminuirá a majestade de cada uma das línguas” (DOLET, 2006, p. 201). Ao condenar a violência cometida pelas traduções obsessivamente filológicas, Berman observa que se deve traduzir “a partir de certo *estado* de sua língua e de sua literatura”. Tal consideração parece ter um fundamento muito semelhante ao da consideração de Dolet, que sugere um respeito à “majestade” de cada língua. Portanto, “a poesia estrangeira se traduz a partir da nossa poesia *contemporânea*”, porquanto a “tradução é impensável sem as *possibilidades poéticas*” abertas pelos poetas de nossa língua (BERMAN, 2007).

Todavia, o tradutor – de modo especial o tradutor de literatura latina – não se comporta de modo simplesmente passivo em relação ao horizonte poético de sua língua. Ele também intervém nele em três níveis diferentes: quando resgata formulações poéticas derivadas do latim; quando se apropria de formulações dos poetas de sua língua; e quando acaba por inventar novas formulações inevitavelmente requeridas ao se pretender uma tradução da letra. O tradutor, pois, capta, de ideologias historicamente separadas, diferentes formas discursivas (e aqui argumentamos de acordo com o pensamento de Bakhtin), para então intervir criativamente na linguagem, após submeter aquelas formas à sua consciência individual.

Enfim, somos levados a entender que o tradutor pode e deve reinstaurar as propriedades que constituem a letra do texto latino, sem decalcá-las em sua língua, nem violentá-la gratuitamente. Para que isso seja possível, um tradutor do latim precisa buscar o “não-normatizado”, precisa fugir de tudo aquilo que o aprisiona em sua língua, precisa resgatar a liberdade permitida pela frase latina, precisa reinventar a língua nativa a partir das melhores qualidades que se pode encontrar em suas raízes. Não por menos, Berman concebe uma tradução do latim assim realizada como uma *memória repatriante* da língua, por meio da qual podemos *ressuscitar* os clássicos romanos, e pela qual também podemos inovar e reavivar qualquer língua derivada do latim, como o português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assuntos instigantes como esses requerem um tratamento e um desenvolvimento adequado – por ora incabíveis e inviáveis. Uma breve revista de alguns teóricos da tradução a partir de questões ligadas à tradução de latim foi, contudo, o principal objetivo deste trabalho que esperamos ter sido de algum modo instigador. A discussão do aproveitamento da filologia na tradução de textos antigos suscita questões inesgotáveis, algumas das quais tentamos tocar timidamente. Igualmente, a inovação lingüística e literária que pode ser promovida por meio da tradução de textos antigos, especialmente de textos latinos para línguas neolatinas, também não foi nem de longe apresentada com alguma completude.

Tal tema merece ser devidamente aprofundado. Investigar e propor caminhos que incitem tradutores brasileiros, por exemplo, a agir à semelhança de Klossowski – admitindo ser legítimo o elogio que Berman faz a ele – parece ser, a propósito, uma

tarefa plausível. Aliás, se é que já houve um Klossowski na literatura brasileira, nossos estudos ainda não o reconheceram e tampouco o evidenciaram. De qualquer forma, àqueles que porventura ainda desmereçam as traduções de literatura, julgando-as menores que obras “originais”, eis dois versos do poeta latino Marcial, que bem poderiam ser ditos por qualquer tradutor de literatura:

Sunt bona, sunt quaedam mediocria, sunt mala plura:
Quae legis hic: aliter non fit, Avite, liber.

[Uns bons, uns mais ou menos, outros um lixo:
Assim se faz um livro de poemas, bicho.]¹

¹ Tradução de Rodrigo Garcia Lopes, obtida no site <http://paginas.terra.com.br/arte/PopBox/marcial.htm>, em 8/7/2007, às 18h30.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. [Por Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira]. 7ª ed. São Paulo: Hucitec. 196 p.

BERMAN, *A tradução e a letra ou o albergue longínquo*. [Por Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan, Andréia Guerini]. Florianópolis: Pós-Graduação em Estudos da Tradução - UFSC, 2007. 85 p.

DOLET, Étienne. “Como traduzir bem de uma língua a outra”. In: *Clássicos da teoria da tradução – Renascimento*. [Por Nícia Adan Bonatti & Marc Goldstein]. Florianópolis: Nuplitt, 2006. p. 199-205.

FURLAN, Mauri. “A tradução retórica do renascimento”. In: *Clássicos da teoria da tradução – Renascimento*. Florianópolis: Nuplitt, 2006. p. 15-45.

LEOPARDI, Giacomo. “Trechos de *Zibaldone di Pensieri* sobre tradução”. [Por Andréia Guerini]. In: *Clássicos da teoria da tradução – Italiano*. Florianópolis: Nut, 2005. p. 159-169.

LEÓN, Fray Luis de. “Prólogo ao Cântico dos cânticos”. In: *Clássicos da teoria da tradução – Renascimento*. [Por Fábio Renato Corrêa]. Florianópolis: Nuplitt, 2006. p. 407-415.

MOUNIN, George. *Os problemas teóricos da tradução*. [Por H. de Lima Dantas]. São Paulo: Editora Cultrix, 1963. 263 p.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Dos diferentes métodos de traduzir*. [Por Mauri Furlan]. Florianópolis: Pós-Graduação em Estudos da Tradução - UFSC, 2007. 19 p.

STÄEL, Madame de. “Do espírito das traduções”. [Por Marie-Hélène C. Torres]. In: *Clássicos da teoria da tradução – Francês*. Florianópolis: Nut, 2004. p. 141-151.